

# PRODUÇÃO DE MATERIAL ETNOEDUCACIONAL E INTERDISCIPLINARIDADE: A NATUREZA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM

PRODUCTION OF ETHNOEDUCATIONAL MATERIAL AND  
INTERDISCIPLINARITY: NATURE AS A LEARNING SPACE

Ciências Humanas • 03/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/777590677](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/777590677)

Marlete Cruz da Costa<sup>1</sup>

Delsonei Vale da Silva<sup>2</sup>

Andréia Oliveira Rabelo<sup>3</sup>

Silvia Carvalho Vieira<sup>4</sup>

Jonise Nunes Santos<sup>5</sup>

## **RESUMO**

Este artigo emerge do Projeto Etnoeducacional das Escolas Indígenas, promovido pela Divisão de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC e acompanhado pelos discente da formação de professores indígenas da UFAM, bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID-Equidade. O estudo analisa os princípios, processos e evidências da produção de material etnoeducacional na Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka, do povo Omágua Kambeba, no Amazonas, destacando a interdisciplinaridade e os conhecimentos tradicionais como fundamentos de uma prática pedagógica que reconhece a natureza como espaço de aprendizagem. De abordagem qualitativa, o estudo adota o método de análise de conteúdo de Bardin (2016) e a perspectiva etnográfica colaborativa, fundamentada nos referenciais da interculturalidade crítica de Candau (2008), da educação intercultural de França (2020) e da etnoeducação (Silva e Grupioni, 1995). Os resultados revelam que a interdisciplinaridade se constitui como racionalidade territorial, em que o conhecimento emerge das relações ecológicas e comunitárias. A valorização dos conhecimentos tradicionais, a autoria docente e a participação comunitária consolidam o professor indígena como intelectual da floresta e mediador intercultural, enquanto a língua Kambeba sustenta a continuidade cultural e cognitiva. Essas dimensões convergem na formulação de uma Pedagogia Amazônica e da Interculturalidade, e como proposta deste estudo, que buscou compreender o ensino e a aprendizagem como processos de criação epistemológica, integrados ao território, à língua e à cosmovisão indígena. O trabalho contribui para o campo da Educação Escolar Indígena ao reafirmar a escola como espaço de produção teórica e resistência epistemológica.

**Palavras-chave:** educação escolar indígena; etnoeducação; interdisciplinaridade; conhecimentos tradicionais.

## **ABSTRACT**

This article emerges from the Ethnoeducational Project of Indigenous Schools, promoted by the Division of Indigenous School Education of the Municipal Secretariat of Education and Culture - SEMEC. The study analyzes the principles, processes, and evidence of the production of ethnoeducational material at the Tururukari-uka Bilingual Indigenous School, of the Omágua Kambeba people, in Amazonas, highlighting interdisciplinarity and traditional knowledge as the foundations of a pedagogical practice that recognizes nature as a learning space. Using a qualitative approach, the study adopts Bardin's (2016) content analysis method and a collaborative ethnographic perspective, grounded in the frameworks of Candau's (2008) critical interculturality, França's (2020) intercultural education, and ethnoeducation (Silva and Grupioni, 1995). The results reveal that interdisciplinarity constitutes a territorial rationality, in which knowledge emerges from ecological and community relations. The appreciation of traditional knowledge, teacher authorship, and community participation consolidate the Indigenous teacher as an intellectual of the forest and an intercultural mediator, while the Kambeba language sustains cultural and cognitive continuity. These dimensions converge in the formulation of an Amazonian Pedagogy and Interculturality, and as proposed by this study, which sought to understand teaching and learning as processes of epistemological creation, integrated with the territory, language, and Indigenous worldview. The work contributes to the field of Indigenous School Education by reaffirming the school as a space for theoretical production and epistemological resistance.

**Keywords:** Indigenous school education; ethnoeducation; interdisciplinarity; traditional knowledge.

## **RESUMEN**

Este artículo surge del Proyecto Etnoeducativo de Escuelas Indígenas, impulsado por la División de Educación Escolar Indígena de la Secretaría Municipal de Educación y Cultura (SEMEC). El estudio analiza los principios, procesos y evidencias de la producción de material etnoeducativo en la Escuela Indígena Bilingüe Tururukari-uka, del pueblo Omágua Kambaba, en Amazonas, destacando la interdisciplinaria y el conocimiento tradicional como fundamentos de una práctica pedagógica que reconoce la naturaleza como espacio de aprendizaje. Mediante un enfoque cualitativo, el estudio adopta el método de análisis de contenido de Bardin (2016) y una perspectiva etnográfica colaborativa, basada en los marcos de la interculturalidad crítica de Candau (2008), la educación intercultural de França (2020) y la etnoeducación (Silva y Grupioni, 1995). Los resultados revelan que la interdisciplinaria constituye una racionalidad territorial, en la que el conocimiento emerge de las relaciones ecológicas y comunitarias. La valoración del conocimiento tradicional, la autoría docente y la participación comunitaria consolidan al docente indígena como intelectual del bosque y mediador intercultural, mientras que la lengua kambaba sustenta la continuidad cultural y cognitiva. Estas dimensiones convergen en la formulación de una Pedagogía Amazónica e Interculturalidad, tal como lo propone este estudio, que buscó comprender la enseñanza y el aprendizaje como procesos de creación epistemológica, integrados con el territorio, la lengua y la cosmovisión indígena. Este trabajo contribuye al campo de la Educación Escolar Indígena al reafirmar la escuela como un espacio para la producción teórica y la resistencia epistemológica.

**Palabras-clave:** Educación escolar indígena; etnoeducación; interdisciplinariedad; conocimiento tradicional.

## **INTRODUÇÃO**

A educação escolar indígena, no contexto brasileiro, constitui um campo de lutas por reconhecimento, autonomia e valorização dos modos próprios de aprender e ensinar. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, §2º, assegura às comunidades indígenas o direito de manter suas línguas maternas e seus próprios processos de aprendizagem, reconhecendo a diversidade cultural como fundamento da educação nacional (Brasil, 1988). Do mesmo modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, em seus artigos 78 e 79, garante o respeito às peculiaridades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, assegurando-lhes uma educação bilíngue e intercultural (Brasil, 1996). Nessa perspectiva, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (Brasil, 1998) orienta que o processo educativo nas comunidades indígenas deve articular os saberes tradicionais aos conhecimentos científicos, respeitando as formas próprias de organização social e os valores culturais de cada povo. Assim, a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (Brasil, 2012) reforça o direito aos processos educativos que abrangem não apenas as línguas, mas também as territorialidades e as cosmologias dos povos indígenas.

Dessa forma, a educação escolar indígena se configura como uma prática educativa que busca fortalecer a identidade, promover a autonomia e assegurar a valorização dos modos próprios de aprender e ensinar desses povos, integrando conhecimentos tradicionais e científicos de maneira intercultural e

bilíngue/multilíngue. Nesse cenário, a escola indígena deixa de ser apenas espaço de transmissão de conteúdos e passa a ser território de mediação entre conhecimentos, integrando dimensões ambientais, culturais e linguísticas. A natureza, nesse contexto, não é apenas cenário de aprendizagem, mas princípio organizador da vida e da educação.

No Amazonas, as experiências etnoeducacionais têm revelado a importância da interdisciplinaridade como meio de articular os conhecimentos tradicionais aos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular BNCC, (2018). Como exemplo dessa integração, este estudo destaca o Plano Interdisciplinar Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka, do povo Omágua Kambeba, localizado no município de Manacapuru. O plano propõe atividades de campo e de sala de aula envolvendo as disciplinas de Geografia, Ciências, Matemática, Língua Portuguesa e Artes, utilizando materiais da floresta, como buriti<sup>6</sup> e ambé<sup>7</sup>. Tais experiências ampliam o sentido da aprendizagem e reafirmam a natureza como eixo central da formação cultural e cognitiva, fortalecendo os vínculos entre escola, território e identidade do povo Omágua Kambeba.

Nesse sentido, ressalta-se que a organização da educação escolar indígena, conforme o Decreto Presidencial nº 6.861/2009, deve ocorrer em um território etnoeducacional, com a participação direta das comunidades indígenas, respeitando suas territorialidades, necessidades e especificidades. Nessa perspectiva, o território etnoeducacional é entendido como horizonte para o fortalecimento da educação escolar das comunidades indígenas, servindo de referência para ações locais que buscam integrar escola e território.

Em Manacapuru, o Plano de Educação Escolar Indígena aqui citado, segue a mesma orientação, sendo parte integrante do Projeto Etnoeducacional das Escolas Indígenas, iniciativa da Divisão de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, que busca garantir uma educação comprometida com a identidade e a autonomia dos povos indígenas (Brasil, 2009; Manacapuru, 2025).

Diante desse contexto normativo e político, torna-se relevante compreender como tais diretrizes se materializam nas práticas pedagógicas. Pesquisas sobre educação escolar indígena têm se concentrado em análises curriculares e políticas, havendo menos sistematização sobre experiências de criação de materiais didáticos, elaborados por professores indígenas e contextualizados no território. Nesse cenário, há carência de estudos que descrevem e avaliam processos coletivos de produção etnoeducacional, sobretudo quando articulados a práticas interdisciplinares e ao uso da natureza como espaço de aprendizagem.

Essa lacuna justifica o aprofundamento analítico deste estudo sobre experiências concretas de escolas amazônicas. Compreender e registrar essas experiências é relevante tanto para o fortalecimento da educação escolar indígena quanto para a formação de professores em perspectiva intercultural crítica, contribuindo para socializar práticas pedagógicas que favorecem a autoria de materiais vinculados à realidade local.

Portanto, o objetivo deste estudo é analisar os princípios, processos e evidências da produção de materiais etnoeducacionais, com ênfase na interdisciplinaridade e na valorização dos conhecimentos tradicionais, tendo a natureza como espaço e princípio de

aprendizagem. Busca-se compreender de que maneira a experiência da Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka pode oferecer subsídios teórico-metodológicos para a elaboração de materiais didáticos que dialogam tanto com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC quanto com os conhecimentos do povo Omágua Kambeba. A investigação dialoga, ainda, com as metas da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, por meio do Projeto Etnoeducacional de Manacapuru (2025), que incentiva o protagonismo indígena na criação de instrumentos didático-pedagógicos sustentáveis.

O artigo organiza-se em quatro seções principais. A primeira apresenta a introdução, situando o tema e os fundamentos teóricos da pesquisa. A segunda descreve a metodologia, detalhando a abordagem qualitativa, o contexto da Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka e os procedimentos de análise de dados. A terceira seção contempla os resultados e a discussão, evidenciando os processos de produção dos materiais etnoeducacionais e suas implicações para a prática docente e para a interculturalidade crítica. Por fim, a quarta seção traz as considerações finais, destacando as contribuições do estudo para a formação de professores indígenas e para o fortalecimento das políticas etnoeducacionais.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza interpretativa e colaborativa, fundamentada no paradigma intercultural e etnoeducacional, conforme proposto por Candau (2008) e França (2020). Essa perspectiva considera o contexto sociocultural e linguístico dos povos indígenas como parte constitutiva do processo de produção do conhecimento,

reconhecendo a escola indígena como território de conhecimentos e de práticas de resistência cultural. De acordo com André (1995), a pesquisa qualitativa privilegia a observação direta das práticas em seu ambiente natural, buscando compreender os significados construídos pelos sujeitos envolvidos.

O estudo tem como objetivo analisar princípios, processos e evidências de produção de material etnoeducacional com ênfase na interdisciplinaridade e nos conhecimentos tradicionais, tomando a natureza como espaço de aprendizagem. A metodologia está ancorada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (Brasil, 2012) e na Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais - PNEEI-TEEI (Brasil, 2024), que reforçam a valorização das línguas, dos conhecimentos locais e da produção de materiais didático-pedagógicos contextualizados.

A pesquisa se desenvolve sob uma perspectiva etnográfica colaborativa, na qual o pesquisador atua em coparticipação com os docentes indígenas e a comunidade escolar. Essa abordagem é coerente com as práticas de etnopesquisa em educação, descritas por Santos, Souza e Oliveira (2021), que compreendem o conhecimento como um processo dialógico, situado e comprometido com a realidade dos povos originários.

Assim, o estudo foi realizado a partir de relatórios de atividades desenvolvidas na Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka, pertencente ao povo Omágua Kambeba, localizada na rodovia Manoel Urbano, km 47, município de Manacapuru, Amazonas. A escola integra o Projeto Etnoeducacional das Escolas Indígenas de Manacapuru (2025) e constitui um espaço formativo bilíngue, intercultural e interdisciplinar.

O Projeto Etnoeducacional das Escolas Indígenas de Manacapuru, desenvolvido pela SEMEC, envolve as escolas bilíngues dos povos Apurinã, Kambeba, Kokama e Tikuna, com estudantes do Ensino Fundamental e da EJA; e tem como objetivo identificar e fortalecer as práticas pedagógicas etnoeducacionais, valorizando os saberes tradicionais, mitos, lendas e a oralidade por meio da escuta dos anciãos e da produção de materiais didáticos contextualizados.

Este se fundamenta nos princípios da educação escolar indígena diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária, conforme a legislação nacional. A proposta curricular integra saberes tradicionais e componentes da BNCC, tendo a natureza e o território como eixos formadores. Ao promover a interdisciplinaridade e a autoria comunitária, o projeto reafirma a escola indígena como espaço de fortalecimento da identidade e da autonomia dos povos originários de Manacapuru.

A equipe docente da Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka, formado majoritariamente por professores indígenas, juntamente com bolsistas PIBID-Equidade, participam da criação de materiais didáticos denominados instrumentos didáticos indígenas, produzidos com elementos da natureza como o buriti, o ambé, as sementes e as fibras vegetais. Esses materiais articulam ciência escolar e conhecimentos tradicionais, compondo um currículo vivo que emerge da relação entre escola, território e cultura ancestral.

O corpus foi composto por um plano de aula, um relatório e registros fotográficos, produzidos e expostos durante oficinas pedagógicas em 2025. A seleção seguiu os critérios: (i) alinhamento ao plano interdisciplinar “A natureza como espaço de

aprendizagem”; (ii) autoria docente indígena; (iii) acesso e disponibilidade de documentação complementares.

A pesquisa desenvolveu-se em três etapas complementares: Análise documental e bibliográfica, compreendendo o exame de legislações e marcos conceituais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais de Brasil (2012), a Lei nº 11.645/2008 e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena de Brasil (2005), além de estudos acadêmicos sobre formação docente e interculturalidade de Candau (2008); Gatti, (2019); França (2020); Silva e Grupioni (1995).

O estudo de caso etnográfico está centrado no plano interdisciplinar “A natureza como espaço de aprendizagem”, parte do projeto etnoeducacional elaborado pelos professores da Escola Tururukari-uka, observando práticas de campo, oficinas e registros pedagógicos que relacionam o ambiente natural aos processos educativos.

Análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), está aplicada aos documentos, planos e relatórios pedagógicos, com o objetivo de identificar categorias emergentes de análise: interdisciplinaridade e integração curricular; valorização dos conhecimentos tradicionais; autoria e protagonismo docente indígena; participação comunitária; uso de materiais concretos e ecológicos; articulação entre língua, território e aprendizagem.

As informações foram trianguladas entre as fontes documentais, os registros da escola e as observações indiretas dos pesquisadores, o que permitiu compreender as dimensões culturais e pedagógicas envolvidas na produção dos materiais etnoeducacionais.

O estudo apoiou-se em documentos institucionais e em materiais produzidos coletivamente pelos professores indígenas, pelos

discentes do PIBID-Equidade e pela comunidade escolar, respeitando os princípios da ética intercultural e da autoria coletiva (Santos; Souza; Oliveira, 2021). Cabe destacar que eventuais entrevistas ou observações complementares poderão ser incorporadas em etapas posteriores, conforme o protocolo submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, atendendo aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

### **Processo de Análise de Dados e suas Categorias**

A análise dos dados seguiu as orientações propostas por Bardin (2016) para a análise de conteúdo, focados no plano de aula, relatórios e registros pedagógicos e foi estruturada em três etapas interdependentes. Na fase de pré-análise, realizou-se uma leitura flutuante e exploratória de todo o material coletado, com o objetivo de familiarizar-se com o conteúdo e organizar o corpus de pesquisa, composto por planos de aula, relatórios de aplicação e registros públicos da Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka.

Na fase de exploração do material, procedeu-se à categorização temática, identificando núcleos de sentido recorrentes e convergentes com os objetivos da pesquisa. Essa etapa permitiu delinear categorias analíticas relacionadas às práticas pedagógicas e à articulação entre conhecimentos científicos e tradicionais no contexto da escola indígena.

Por fim, na fase de interpretação dos resultados, as categorias foram analisadas à luz dos referenciais teóricos da interculturalidade crítica (Candau, 2008; França, 2020) e da etnoeducação Silva e Grupioni (1995), possibilitando uma leitura dialógica entre teoria e prática.

Essa triangulação teórico-empírica favoreceu a identificação de princípios didático-pedagógicos que orientam o trabalho docente e evidenciam a presença de um diálogo constante entre os saberes indígenas e os conhecimentos escolares.

Para organizar a análise dos dados, definiram-se seis categorias principais que orientaram a interpretação do material documental da Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka.

A primeira categoria, interdisciplinaridade e territorialidade, enfatiza a integração das diferentes disciplinas a partir do território e da natureza como espaços de aprendizagem. A segunda, conhecimentos tradicionais e etnoeducação, abrange saberes ancestrais, como mitos, lendas, artesanato e práticas culturais, e analisa sua incorporação no currículo escolar. A terceira, produção de materiais etnoeducacionais, considera todo o processo de criação de instrumentos pedagógicos, desde a coleta das matérias-primas até a confecção, destacando autoria, criatividade e função pedagógica. A quarta, participação comunitária e autoria docente, focaliza o protagonismo de professores, estudantes e da comunidade na construção do conhecimento. A quinta, linguagem e bilinguismo, examina o uso do português e da língua Kambeba como matriz epistemológica e mediadora da identidade cultural. Por fim, a sexta, dimensão ética e intercultural, analisa o respeito aos saberes tradicionais, a sustentabilidade do território e o fortalecimento da autonomia e do sentimento de pertencimento.

Essas categorias permitiram articular os dados à teoria da interculturalidade crítica (Candau, 2008; França, 2020) e da etnoeducação Silva e Grupioni (1995), revelando como a prática

pedagógica indígena constitui um espaço de produção epistemológica e cultural.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise do plano de aula, relatórios e registros pedagógicos da Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka, fundamentada em Bardin (2016), revelou um processo educativo em que teoria e prática se entrelaçam na construção de uma pedagogia situada na ecologia e interculturalidade. A produção de materiais etnoeducacionais mostrou-se não apenas como recurso didático, mas como processo de criação epistemológica, em que o ato de ensinar se entrelaça com o de existir e de habitar o território, ou seja, o pertencimento.

A interdisciplinaridade, longe de ser mera técnica, assume a forma de uma racionalidade territorial, o conhecimento é produzido nas relações entre corpo, natureza e comunidade. Essa dinâmica é evidenciada na figura 1, que mostra professores indígenas Kambeba em caminhada pela floresta, durante a coleta das matérias-primas utilizadas na confecção dos instrumentos didáticos indígenas, reforçando a conexão entre aprendizagem, cultura e território, e evidenciando a importância da transmissão de conhecimentos ancestrais para as novas gerações.

**Figura 1** - Coleta de matérias-primas na floresta



**Fonte:** Professores indígenas Kambeba, Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka, Plano Interdisciplinar (2025)

A imagem simboliza o início do ciclo de aprendizagem, quando o território se torna método e conteúdo. Como propõe Candau (2008), a interculturalidade crítica exige romper com as fronteiras entre conhecimentos e o percurso pela floresta é também percurso cognitivo, um caminhar que reflete sobre o ensino e a aprendizagem que ao mesmo tempo colabora com o pertencimento à comunidade e à cultura.

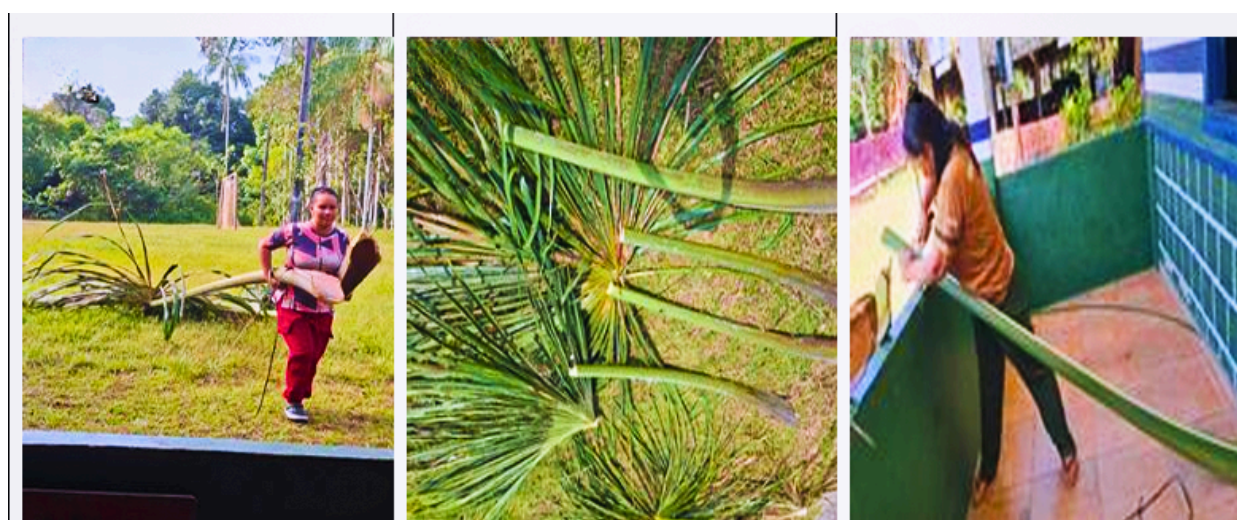
A observação dos registros fotográficos e documentais evidencia que o processo de produção de materiais etnoeducacionais na Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka constitui uma prática do protagonismo intelectual e manual, em que o território, o corpo e a memória se tornam dimensões inseparáveis da aprendizagem. As imagens não apenas ilustram o percurso pedagógico, mas revelam o pensamento materializado e o conhecimento ganhando forma na relação entre o ser professor e a natureza.

Como enfatiza Candau (2008), a interculturalidade crítica propõe a ruptura das fronteiras entre saberes formais e tradicionais, reconhecendo a validade de múltiplas formas de conhecimento e a importância de que o aprendiz seja sujeito ativo na produção do saber, em constante diálogo com seu contexto cultural e territorial.

Nesse sentido, a produção de materiais etnoeducacionais não é apenas técnica, mas expressão de um saber que emerge do corpo, da memória e do território, fortalecendo o pertencimento cultural e o protagonismo dos educadores indígenas.

A figura a seguir amplia essa compreensão ao apresentar as matérias-primas, buriti, ambé, sementes e fibras vegetais, que sustentam o processo criativo.

**Figura 2** - Matéria-prima utilizada na produção dos materiais etnoeducacionais



**Fonte:** Professores indígenas Kambeba, Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka, Plano Interdisciplinar (2025)

Esses elementos, ao serem incorporados ao contexto escolar, rompem a dicotomia entre natureza e cultura e instauram o que França (2020) denomina educação intercultural de autoria, o conhecimento tradicional deixa de ocupar o lugar de complemento para tornar-se princípio epistemológico. O reconhecimento das matérias-primas como mediadoras do pensamento traduz uma epistemologia ecológica, na qual o aprender se enraíza na matéria viva do território. Nessa perspectiva, o ambiente não é recurso didático, mas sujeito cognoscente, um agente que ensina.

Após a coleta das matérias-primas, o próximo registro ilustra a etapa da construção: o momento em que o conhecimento ganha corporeidade e forma tangível por meio da transformação desses materiais em instrumentos didáticos indígenas.

**Figura 3** - Construção dos instrumentos didáticos indígenas



**Fonte:** Professores indígenas Kambeba, Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka, Plano Interdisciplinar (2025).

O gesto de cortar, trançar e pintar é, simultaneamente, um gesto de pensamento. O trabalho manual, longe de ser mecânico, carrega intencionalidade cognitiva e poética. Segundo Silva e Grupioni (1995), esse fazer pedagógico é expressão da etnoeducação, um processo formativo coletivo em que ensinar e criar se fundem. Ao confeccionar seus materiais, os professores afirmam-se como autores de suas epistemes, gesto que França (2020) interpreta como interculturalidade de autoria, isto é, a capacidade de transformar o próprio contexto em fonte de conhecimento. Essa prática reitera o princípio da Lei nº 11.645/2008, segundo o qual a educação indígena deve ser feita com os povos e a partir de sua cultura.

Assim, podemos observar que a interação comunitária e escolar que retrata o beneficiamento e a medição do buriti e do ambé, revela que a aprendizagem também é um ato cultural e de fortalecimento.

**Figura 4** - Beneficiamento dos materiais naturais para uso pedagógico

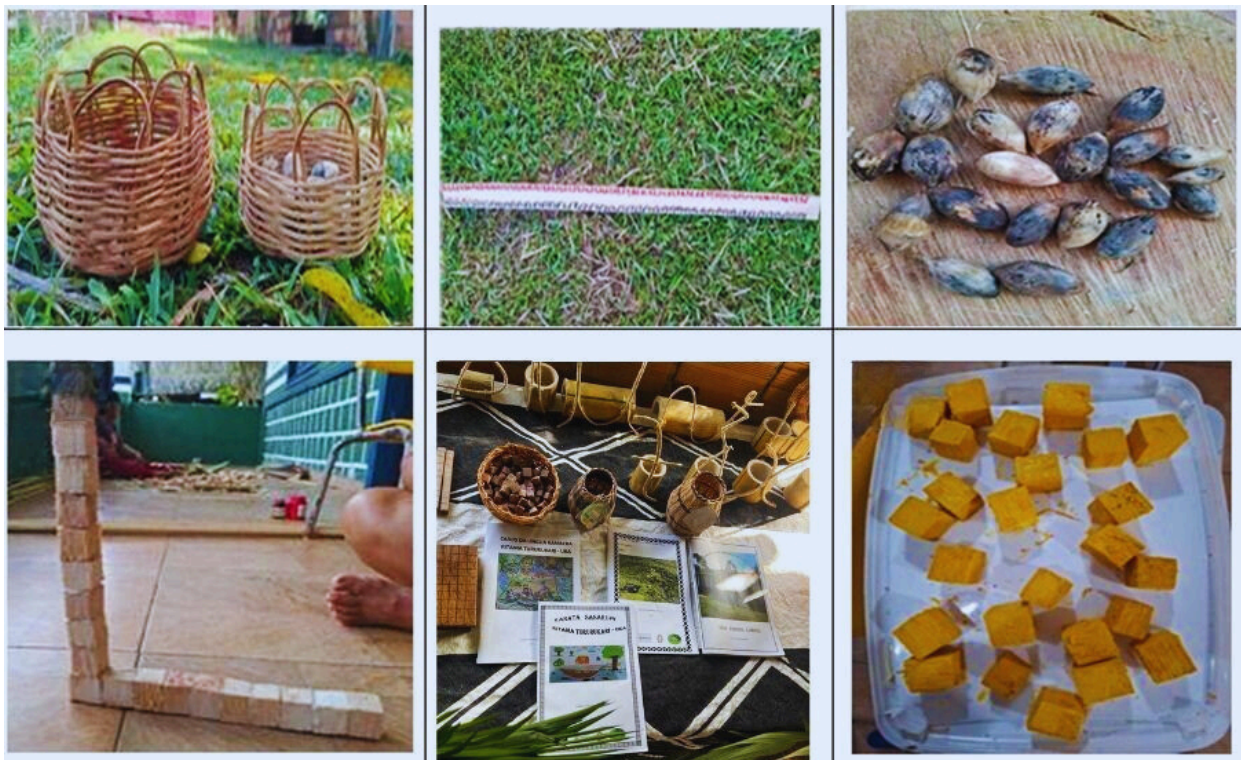


**Fonte:** Professores indígenas Kambeba, Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka, Plano Interdisciplinar (2025)

O contato com a fibra, o peso do material e o gesto repetido configuram uma pedagogia que nasce do corpo, do sentir, do tocar e do transformar. Essa dimensão dá concretude ao conceito de epistemologia ecológica da aprendizagem, em que o gesto pedagógico é também ecológico, pois o conhecimento se produz no equilíbrio entre uso e regeneração do ambiente. A cultura é mediadora entre o conhecimento ancestral e o objeto pedagógico, reafirmando que o pensamento indígena é inseparável da experiência sensível.

A figura a seguir, sintetiza o processo ao mostrar os materiais pedagógicos finalizados e dispostos para uso.

**Figura 5** - Materiais pedagógicos indígenas finalizados



**Fonte:** Professores indígenas Kambeba, Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka, Plano Interdisciplinar (2025)

Mais do que o resultado de um trabalho artesanal, essas peças representam a materialização de uma epistemologia da floresta. Cada instrumento carrega a memória de sua origem, a planta que o gerou, o gesto que o moldou, a coletividade que o validou. A autoria docente manifesta-se na forma e na função, afirmando o professor indígena como intelectual da floresta, França (2020), afirma que, produtor de conhecimento e mediador entre mundos.

Em diálogo com Candau (2008), observa-se que a interculturalidade crítica se concretiza quando há deslocamento do olhar e redistribuição dos lugares de fala: a escola não apenas inclui conhecimentos tradicionais, mas os reconhece como fontes de teoria. A prática da Tururukari-uka, nesse sentido, demonstra que a natureza é mais do que cenário, é fortalecimento da cultura.

O conjunto de registros evidencia que a produção dos materiais etnoeducacionais ultrapassa o plano técnico e se afirma como ato epistemológico e político, em consonância com os princípios da

Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais - PNEEI-TEE (2024). A criação coletiva dos materiais, guiada pela ética da sustentabilidade e pela autonomia docente, expressa o compromisso com uma educação bilíngue, diferenciada e comunitária, como preconiza a Resolução CNE/CEB nº 5/2012.

Assim, o percurso que vai da coleta das fibras ao uso dos instrumentos em sala de aula simboliza a integração entre corpo, território e conhecimento, constituindo o cerne do que este estudo denomina Pedagogia Amazônica da Interculturalidade, uma pedagogia que nasce da floresta, fala pela língua ancestral e pensa a partir da experiência vivida.

Por fim, a língua Kambeba, presente no plano de aula, atua como matriz epistemológica, é por meio da língua que o território fala e o pensamento se enraíza. Conforme Silva e Grupioni (1995), a língua é o eixo da continuidade cultural e o instrumento da autonomia cognitiva. Ao alternar o português e a língua indígena, a escola não traduz significados, mas faz coexistirem epistemes, uma pedagogia bilíngue que pensa e sente em duas racionalidades. Nesse mesmo contexto, Consoante à reflexão de Rabelo *et al* (2024), “as políticas linguísticas voltadas para as línguas indígenas devem assegurar o direito das comunidades ao uso pleno de suas línguas maternas, reconhecendo-as como elementos fundamentais para a construção do conhecimento e para a afirmação da identidade cultural” (Rabelo, 2024, p. 61). Assim, a língua Kambeba não apenas transmite informações, mas também organiza saberes, sustenta práticas pedagógicas e fortalece a identidade cultural dos alunos.

A análise integrada das figuras e dos dados revela que, na experiência da Tururukari-uka, interdisciplinaridade, autoria, conhecimento tradicional, língua e território constituem um sistema único de pensamento, a Pedagogia Amazônica da Interculturalidade. Essa pedagogia transforma a natureza em sala de aula, o corpo em instrumento cognitivo e a língua em ferramenta de criação teórica. A escola, portanto, deixa de ser apenas espaço de aprendizagem para tornar-se lugar de produção epistemológica, onde o conhecimento se faz na relação viva entre humanos, floresta e memória.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa teve como propósito analisar os princípios, processos e evidências da produção de material etnoeducacional na Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka, destacando a interdisciplinaridade e os conhecimentos tradicionais como fundamentos de uma prática pedagógica que reconhece a natureza como espaço de aprendizagem. Sob abordagem qualitativa e análise de conteúdo Bardin (2016), foi possível compreender que o processo educativo nessa escola transcende a função instrumental da didática, configurando-se como um movimento de criação epistemológica e cultural.

Os resultados indicaram que a interdisciplinaridade não se restringe à integração de disciplinas, mas expressa uma racionalidade territorial. A valorização dos conhecimentos tradicionais revelou-se como base epistemológica, evidenciando que o conhecimento ancestral não é conteúdo periférico, mas núcleo de uma ciência própria. A autoria docente e a participação da comunidade reafirmam o papel do professor indígena como intelectual da

floresta, produtor de conhecimento e mediador entre diferentes modos de pensar.

Nesse contexto, a língua Kambeba, presente nas práticas bilíngues e nos planos de aula, atua como mediadora da memória e do pensamento. Consonante à reflexão de Rabelo *et al* (2024), as políticas linguísticas devem assegurar o “uso pleno de suas línguas maternas”, reconhecendo-as como “elementos fundamentais para a construção do conhecimento” (Rabelo, 2024, p. 61). Assim, a língua Kambeba não apenas transmite informações, mas organiza conhecimentos, sustenta práticas pedagógicas e fortalece a identidade cultural dos alunos.

Esses elementos convergem na formulação do conceito de Pedagogia Amazônica da Interculturalidade, proposta autoral derivada desta investigação. Mas do que o resultado de um trabalho artesanal, as peças produzidas representam a materialização de uma epistemologia da floresta. Essa pedagogia traduz um modo de ensinar e aprender que emerge do território, do corpo e da língua, e que compreende o conhecimento como relação viva entre humanos, natureza na cosmovisão indígena.

Esta abordagem dialoga diretamente com a interculturalidade crítica. Como enfatiza Candau (2008), é preciso “romper as fronteiras entre saberes formais e tradicionais” reconhecendo “múltiplas formas de conhecimento”. Nesse sentido, a produção de materiais etnoeducacionais analisada não é apenas técnica, mas expressão de um saber que emerge do corpo, da memória e do território, fortalecendo o pertencimento à comunidade e à cultura e o protagonismo dos educadores indígenas. O estudo revela, assim, que a prática pedagógica indígena se constitui como produção

teórica autônoma, capaz de renovar o campo do Ensino ao introduzir uma epistemologia plural e decolonial.

A principal contribuição deste trabalho consiste em reconhecer a escola indígena como lócus de produção científica e epistemológica, e não apenas como espaço de aplicação de políticas públicas. A experiência da Tururukari-uka propõe uma virada paradigmática na Educação Escolar Indígena: de objeto de estudo a sujeito teórico. Nesse sentido, o estudo amplia as fronteiras da pesquisa educacional ao propor que a Amazônia, com sua complexa teia ecológica e sociocultural, seja também categoria pedagógica e cognitiva.

Do ponto de vista prático, a pesquisa oferece subsídios para a formação intercultural de professores e para a produção de materiais didáticos bilíngues orientados pela autoria indígena. Tais ações são fundamentadas no direito garantido pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que assegura uma educação diferenciada, intercultural e bilíngue (Art. 210, §2º).

A legislação complementar, como a LDBEN (Brasil, 1996, Art. 78), reforça a valorização da identidade cultural e dos saberes indígenas. Tais achados, portanto, reforçam a necessidade de fortalecer políticas de apoio à criação de materiais pelas próprias comunidades, conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 5/2012 e na Lei nº 11.645/2008.

Apesar dos avanços legais e pedagógicos, consideramos que ainda se observa um hiato entre as políticas públicas e as práticas concretas nas escolas indígenas. A produção de materiais didático-pedagógicos continua majoritariamente centralizada em modelos

externos às comunidades, o que gera descompasso entre os conteúdos escolares e os contextos culturais locais.

Como limitação, reconhece-se que o estudo focalizou uma única escola e baseou-se em análise documental e observações indiretas, o que restringe o alcance empírico. Pesquisas futuras poderão aprofundar o diálogo entre diferentes povos e regiões, explorando comparativamente outras experiências etnoeducacionais e analisando os impactos dos materiais na aprendizagem e na formação identitária dos estudantes.

Por fim, a experiência da Escola Tururukari-uka reafirma que a educação escolar indígena amazônica é, simultaneamente, ato pedagógico, político e cosmológico. Revela que o ensino, quando enraizado na floresta e nas línguas originárias, não apenas transmite conhecimentos, mas recria o mundo. Essa é a principal contribuição epistemológica deste estudo: demonstrar que a interculturalidade, quando vivida como prática territorial, torna-se ciência e arte de habitar o conhecimento.

## **Agradecimentos**

À Prefeitura Municipal de Manacapuru e às suas secretarias pelo apoio institucional, em especial à Secretaria Municipal de Educação, ao Departamento de Educação Rural e Indígena e à Divisão de Educação Escolar Indígena. À Universidade Federal do Amazonas, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, à Formação de Professores Indígenas, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, pelo suporte acadêmico e pelo financiamento concedido, elementos fundamentais para a continuidade das

atividades do programa. Registramos ainda o reconhecimento à Escola Indígena Bilíngue Tururukari-uka e à comunidade Omágua Kambeba pela colaboração no desenvolvimento das ações pedagógicas analisadas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC/SEF, 2005.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais – PNEEI-TEE**. Brasília: MEC, 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

CANDAU, V. M. F. **Direitos humanos, educação e interculturalidade**: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45–56, jan./abr. 2008.

FRANÇA, N. B. M. **Educação intercultural**: desafios e possibilidades. Revista Científica Educação (RCE), Goiânia, v. 5, p. 1–15, 2020.

GATTI, B. A. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.

RABELO, A. O. .; SIMAS, H. C. P. .; OLIVEIRA, M. de. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE PROTEÇÃO DAS LÍNGUAS NO AMAZONAS, BRASIL. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 20, n. 58, p. 61–83, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.14061231. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/5891>.

Acesso em: 20 out. 2025.

SANTOS, K. B.; SOUZA, C. M.; OLIVEIRA, F. P. **Experiências de pesquisa em educação escolar indígena**: reflexões sobre práticas etnoeducacionais em Altamira, PA. Tellus, Campo Grande, v. 21, n. 46, p. 85–111, 2021.

SERRA, V. J. A.; ESTEVES, C. D. **Formação de professores indígenas, contextualizando o ensino às práticas culturais da etnia Sateré-Mawé**. Educitec, Manaus, v. 7, e172221, 2021.

SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (orgs.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília:

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Formação de Professores Indígenas – FPI - da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, bolsista do PIBID – Equidade Subprojeto Educação Escolar Indígena. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Formação de Professores Indígenas – FPI - da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, bolsista do PIBID – Equidade Subprojeto Educação Escolar Indígena.

<sup>3</sup> Mestre em Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

<sup>4</sup> Doutoranda em Educação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

<sup>5</sup> Coordenadora e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Docente do Curso de Graduação Formação de Professores Indígenas (FPI) e do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED)/UFAM, coordenadora do PIBID – Equidade Subprojeto Educação Escolar Indígena. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

<sup>6</sup> O Buriti (*Mauritia Flexuosa*) é uma espécie de palmeira de origem amazônica, também conhecida pelos nomes de buriti-do-brejo, carandá-guaçu, carandaí-guaçu, coqueiro-buriti, itá, palmeira-dos-brejos, buritizeiro, meriti, miriti, muriti, muritim, muruti. Fonte:

<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agroenergia/biodiesel/materias-primas/buriti>

<sup>7</sup> O cipó-ambé é uma espécie de trepadeira que cresce em touceiras e se estende do alto das árvores até o solo. Quando cortado ainda jovem, com o talo macio, libera um líquido claro e fresco – conhecido como “água de cipó”. Fonte:

<https://portalamazonia.com/cultura/cigarro-de-indio-utilidades-cipo-ambe/>